

Eixo Temático 2 - Informação Comunicação e Processos Tecnológicos

**O INGRESSO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E A MEMÓRIA CONTIDA NO
ARQUIVOFUNCIONAL DA CORPORAÇÃO**

**WOMEN'S ENTRANCE IN THE ALAGOAS MILITARY POLICE AND THE MEMORY CONTAINED
IN THE CORPORATION'S FUNCTIONAL ARCHIVE**

Fernanda da Silva Alves Calheiros – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
fernanda.alvescalheiros@gmail.com

Magnólia Rejane Andrade dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
magnolia@reitoria.ufal.br

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta pesquisa, que se encontra em andamento, propõe-se a expandir reflexões sobre questões envolvendo a memória e a representatividade do gênero feminino no ambiente militar. Pela ótica da Ciência da Informação, adotando uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva e a partir de autores como Halbwachs, Nora e Le Goff o trabalho toma como referência o ingresso das primeiras soldados na Polícia Militar de Alagoas, o arquivo de recursos humanos da instituição e a forma como os documentos funcionais das pioneiras guardam a memória do acesso da figura feminina à corporação alagoana.

Palavras-chave: memória; arquivos; gênero feminino; Polícia Militar de Alagoas.

Abstract: *This research, which is in progress, proposes to expand reflections on issues involving the memory of female gender representation in the military environment. From the perspective of Information Science, adopting a qualitative, exploratory and descriptive approach and based on authors such as Halbwachs, Nora and Le Goff, the work takes as reference the entry of the first soldiers in the Military Police of Alagoas, the institution's human resources archive and the way in which the functional documents of the pioneers keep the memory of the female figure's access to the corporation in Alagoas.*

Keywords: *memory; files; female gender, Military Police of Alagoas.*

1 INTRODUÇÃO

A presença feminina e a conquista por espaço nas mais diversas áreas é uma temática ampla e diversificada. O presente trabalho tem o objetivo de lançar um olhar sobre a organização da informação, mais precisamente sobre os arquivos de Recursos Humanos, como elemento de guarda de memória quanto ao papel feminino a partir do seu ingresso em uma instituição originalmente e predominantemente masculina, a Polícia Militar de

Alagoas (PMAL). Para tanto, a perspectiva da Ciência da Informação será tomada como norteadora da pesquisa, – que ainda se encontra em andamento. Teóricos como Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Jacques Le Goff e Ecléa Bosi fornecem reflexões para este estudo.

Partindo do pressuposto que os quartéis militares são historicamente, um território essencialmente masculino, a chegada dos primeiro contingente do gênero feminino e sua permanência representa uma quebra de paradigma significativo. A PM alagoana foi instituída em 03 de fevereiro de 1832, o instrumento legal que legitimou a entrada das mulheres data de 1987, mas foi somente em 1989 que elas entraram em ação efetivamente.

Por força da Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019, 28 de novembro foi insituído como o Dia da Policial Feminina do Estado de Alagoas. A escolha do dia faz referência ao ano de 1989, data da formatura da primeira turma do Curso de Formação de Soldados Femininos (CFSd Fem). Desde então, a mulher começou a ocupar espaço nos diversos setores da organização.

Mais do que investigar este panorama que vem se ampliando em número e em conquistas ao longo dessas mais de três décadas, a proposta é resgatar a memória guardada nos documentos que registram a trajetória da figura feminina nas corporações – o recorte territorial de Alagoas, pode servir de referência para estudos em outros espaços geográficos do País e vice-versa. Tal desafio apresenta-se como um campo de pesquisa potencialmente frutífero.

Sobre os primeiros indícios da chegada da mulher à carreira de policial militar, o texto introdutório do estudo técnico nacional denominado “Mulheres nas instituições de segurança pública”, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no ano de 2013 descreve o seguinte contexto histórico:

No Brasil, a bibliografia aponta que o acesso das mulheres às polícias civis e militares passou a ser ampliado a partir dos anos 1980 – no contexto de redemocratização política – e, especialmente, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, marco para a consolidação da democracia no país. (SENASP, 2013, p.17).

Tratava-se de um país recém-saído de um regime militar que perdurou por mais de duas décadas. O Brasil respirava os ares e o ideais da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. A inserção feminina nos quadros das corporações faz parte de um

contexto de transformações políticas, históricas e sociais consolidadas e respaldadas pela carta constituinte que ficou conhecida como Constituição Cidadã. Souza (2012) aponta que existe um primeiro indício, anterior à década de 1980.

Trata-se do estado de São Paulo:

Quando pensada a experiência feminina na área policial no Brasil, analisada a partir de diferentes contextos e referentes empíricos, há um elemento que relaciona os diferentes estudos existentes, ou seja, a referência ao pioneirismo do estado de São Paulo através da criação do Corpo de Policiamento Feminino, no ano de 1955. Inicialmente vinculada à Guarda Civil e mais tarde incorporada ao efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 1970, o Corpo de Policiamento Feminino, que é em seguida transformado em Polícia Feminina, constitui a primeira experiência de ingresso de mulheres em instituições policiais na América Latina, sendo citada pela quase totalidade dos estudos existentes. (SOUZA, 2012, p.16)

Tanto a autora quanto o estudo técnico nacional sobre mulheres na segurança pública (SENASP, 2012) citado anteriormente elencam as outras unidades federativas que foram seguindo o exemplo. Assim ocorreu no Paraná (1978), Rio de Janeiro (1982), Rio Grande do Sul (1986), Minas Gerais (1982), Santa Catarina (1983), Espírito Santo (1983), Pernambuco (1993), Maranhão (1982), Amazonas (1982), Goiás (1986) e Distrito Federal (1983).

Observando o panorama nacional, pressupõe-se que investigar e refletir sobre a representatividade do gênero feminino no ambiente militar, como parte da sociedade, apresenta-se como um caminho com potencial valor científico, social, informacional e até político. Em tese, a incorporação de mulheres teve objetivos e consequências em comum:

Nesta nova abordagem, a inclusão de mulheres teve como objetivo a “humanização” de setores das corporações policiais com o objetivo de melhorar a imagem da polícia, aproximá-la da população, e oferecer atendimento adequado à população vulnerável – mulheres, crianças, idosos, entre outros. A literatura também não ignora que a entrada de mulheres para essas funções contribuiu para liberar os homens das atividades administrativo-burocráticas, permitindo que estivessem atuando nas linhas de frente, ocupando os postos mais altos da hierarquia e participando de atos de bravura e coragem no combate à criminalidade urbana. (SENASP, 2013, p.17).

Segundo o estudo, a última unidade a admitir mulheres foi Roraima (PMRR), o que só ocorreu no ano 2000. Embora esse ingresso tenha sido tardio, a PMRR detém a marca de um pioneirismo significativo. Conforme publicação do Governo do Estado, a mesma PMRR nomeou uma coronel para a função de subcomandante-geral. Desde março de 2022, a

coronel Valdeane Alves de Oliveira ocupa o segundo posto mais importante da organização – feito ainda não registrado em outras corporações brasileiras, a exemplo de Alagoas.

Retornando o olhar para a PM alagoana, pressupõe-se que os arquivos que contêm os assentamentos funcionais do efetivo, tutelados pela Diretoria de Pessoal da PMAL, guardam informações sobre o efetivo da instituição policial militar e, além disso, da turma emblemática que foi a primeira formada exclusivamente por mulheres. Os registros de recursos humanos da instituição servem de referenciais e de pilares da memória em questão e para traçar o perfil das 35 primeiras soldados.

2 DESENVOLVIMENTO

Já foi dito que o primeiro no ano de 1955 São Paulo formou seu Corpo de Policiamento Feminino e que outros estados o sucederam, sobretudo na década de 1980. Entretanto, há indicativos da presença do gênero feminino em ambiente militar em episódios isolados na história do Brasil. O maior vulto, sem dúvidas, é representado pela baiana Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792 – 1853), que entrou para o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria por seu papel de luta no reconhecimento da independência.

Maria Quitéria foi a primeira mulher a fazer parte do Exército Brasileiro. A combatente lutou disfarçada de homem. Mesmo após ser descoberta, permaneceu na função devido ao seu desempenho notável em combate. Não por acaso, as pioneiras do CFSd Fem em Alagoas escolheram Maria Quitéria de Jesus Medeiros para dar nome à turma. Baseada na história, vivia-se o que se transformaria na memória que ora é objeto de estudo.

Nora (1993) considera que ambas, história e memória, opõem-se:

A memória é a vida, carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (...). Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas,

censura ou projeções (...). A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p. 9)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Para tanto, a metodologia se baseia na pesquisa bibliográfica e participante. Toma ainda como método a análise de conteúdo e pesquisa documental com coleta de dados em fontes de informação como o acervo da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar de Alagoas, tanto no arquivo físico quanto no digital que guardam fichas funcionais e assentamentos dos servidores em geral incluindo as do primeiro contingente de policiais femininas.

O arquivo funcional da Diretoria de Pessoal (DP) da PMAL desempenha a função de armazenamento das fichas físicas de cada uma das militares pioneiras desde a inserção até o fim de suas carreiras. Parte deste acervo (das conhecidas fichas em formato retangular e na cor verde) também foi migrada para o sistema digital a partir do ano de 2019.

O arquivo da DP, historicamente, fica localizado nas instalações originais do Quartel do Comando Geral da PMAL, no Centro de Maceió. Após a estrutura secular ser condenada pela Defesa Civil Estadual, o prédio histórico foi desocupado entre 2019 e 2020 e fechado para reforma. Até julho de 2023 a obra segue em andamento.

Em decorrência da reforma da sede do Comando Geral, o material do arquivo foi armazenado em uma estrutura temporária para onde a Diretoria de Pessoal foi realocada, nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante, no bairro Tabuleiro do Martins, em Maceió.

A instituição também conta com os registros de recursos humanos em plataforma digital, o chamado Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos. Nele, as fichas funcionais estão armazenadas em formato eletrônico e são acessadas por usuários da intranet da instituição desde que legalmente autorizados e utilizando login e senha. Sendo assim, pode-se aferir que:

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas [...]. (TOUTAIN, 2012, p. 16).

Com o acesso tanto às fichas verdes quanto às fichas eletrônicas e posterior análise dos dados contidos, será possível traçar o perfil geral das pioneiras do CFSd Fem desde o ingresso até os dias atuais. Estão sendo delimitados os seguintes itens: idade na época de incorporação, escolaridade, estado civil, raça/etnia, naturalidade, graduações e patentes alcançadas na carreira e condição atual (se na ativa, reserva ou reforma, data e motivo da mudança). O arquivo é, portanto, uma rica fonte documental sobre os aspectos institucional e histórico, visto que, em Alagoas, trata-se de uma turma paradigmática. Elementos que compõem esse percurso e seus desdobramentos – pressupõe-se, estão guardados, documentados.

4 O FENÔMENO DA MEMÓRIA

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento, assim pontua Le Goff (2003). O mesmo autor considera que documentos escritos sobre determinados fatos, quando deles são feitos testemunhos, vão além do tempo daqueles que foram testemunhas oculares e auriculares. Ultrapassam também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. “A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história”, enfatiza Le Goff (2003, p. 9).

Le Goff (2003) também afirma que a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas, a mesma memória é considerada como propriedade de conservar certas informações.

O fenômeno da memória é um conjunto formado por outros dois fenômenos: a Memória Individual e a Memória Coletiva. Assim pressupõe Halbwachs (2006) na obra “A Memória Coletiva” – conceito profundamente estudado por ele. Já Nora (1993, p. 9) ajuíza

que a memória se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. O autor pondera também:

A memória é a vida, carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (...). A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p. 9).

Voltando à Halbwachs, desta feita, na obra “Les cadres sociaux de la mémoire” (em tradução livre “Os marcos sociais da memória), considera-se que:

L'individu évoque ses souvenirs en s'aidant des cadres de la mémoire sociale. En d'autres termes les divers groupes en lesquels se décompose la société sont capables à chaque instant de reconstruire leur passé. Mais, nous l'avons vu, le plus souvent, en même temps qu'ils le reconstruisent, ils le déforment. Certes, il y a bien des faits, bien des détails de certains faits, que l'individu oublierait, si les autres n'en gardaient point le souvenir pour lui. Mais, d'autre part la société ne peut vivre que si, entre les individus et les groupes qui la composent, il existe une suffisante unité de vues. (HALBWACHS, 1925, p. 391).

Depreende-se do fragmento acima, a seguinte reflexão: o indivíduo evoca suas memórias com a ajuda dos quadros da memória social. Os vários grupos em que a sociedade é dividida são capazes, a qualquer momento, de reconstruir seu passado. Entretanto, na maioria das vezes, e ao mesmo tempo em que o reconstruam, o deformam. Claro, há muitos fatos, detalhes de certos fatos, que o indivíduo esqueceria se os outros não guardassem a memória para ele. Mas, por outro lado, a sociedade só pode viver se, entre os indivíduos e os grupos que a compõem, existir uma unidade de pontos de vista suficiente.

5 PRESENÇA FEMININA NA PMAL: RESULTADOS PRELIMINARES

Após a formatura da primeira turma de soldados femininos, em períodos posteriores, foi a vez das primeiras turmas de sargento e de oficiais totalmente femininas. O contingente compôs a Companhia de Polícia Feminina Independente (Cia PM Fem/Ind), – uma subunidade formada por mulheres. Entretanto, a Lei nº 6.050, sancionada pelo governador de Alagoas em 02 de julho de 1998 extinguiu a Cia PM Fem/Ind transformando-a em 4ª

Companhia de Polícia Militar Independente (4ª CIA), hoje sediada em Atalaia e composta por homens e mulheres. Outras turmas mistas uniram-se ao quadro de servidores no decorrer das décadas desde então. Atualmente, ao contrário de outros estados, Alagoas não estipula nem distingue sexo na distribuição das vagas do concurso público.

Pela contagem realizada em julho de 2023, a quase totalidade das 35 integrantes da Turma Maria Quitéria está na inatividade, havendo uma única representante no serviço ativo. Esta, também em julho de 2023 encontrava-se matriculada no Curso de Habilitação do Oficiais. A mesma contagem realizada no sistema de Recursos Humanos indica um universo de 1.316 policiais femininas no serviço ativo, entre elas, uma das autoras deste estudo. Os números indicam quantidade por grau hierárquico¹: uma coronel (mais alto posto da carreira), 11 tenentes-coroneis, 20 no posto de major, 39 capitães, 38 tenentes, (sendo 28 como 1º tenentes e 10 como 2º), oito cadetes (oficiais em formação), 8 subtenentes; um total de 316 sargentos (distribuídas em: 1º sargento – 10; 2º sargento – 52 e 3º sargento – 254).

A PM alagoana notabiliza ainda 308 cabos, mais 385 soldados e 182 alunas matriculadas no Curso de Formação de Praças (CFP), estas são as futuras soldados. O sistema aponta ainda 409 mulheres na inatividade (Reserva Remunerada) – entre elas, 34 pioneiras do primeiro CFSd Fem.

6 CONCLUSÃO

Olhar e resgatar o passado, os primeiros passos desse fenômeno, permite pensar o presente e debater sobre o futuro, delimitando perspectivas de avanço. Comparada à história das polícias militares em geral, a presença feminina ainda pode ser considerada um fenômeno relativamente recente, mas em contínua expansão.

Num universo de 7.853 policiais militares ativos, a PM de Alagoas contabiliza 6.537 homens. O quantitativo contrasta com as 1.316 mulheres. Ou seja, integrantes do gênero

¹ A hierarquia da instituição, em ordem crescente, é composta por praças (soldado; cabo; 1º, 2º e 3º sargentos e subtenente), praças especiais (aspirante) e oficiais (1º e 2º tenentes, capitão, major, tenente-coronel e coronel). (PMAL, 2023). Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/institucional/hierarquia-da-corporacao>. Acesso em: 8 jun. 2023.

feminino correspondem a pouco mais de 16% da tropa em atividade.

Possuir indivíduos do gênero feminino em seu efetivo não significa essencialmente, garantias amplas como lugar de voz e funções de liderança e cargos de comando, entretanto, há dese reconhecer que a realidade de 2023 difere do que se via há pouco mais de três décadas. Há avanços positivos que apontam para um caminho ainda longo a se percorrer.

O fato é que, conforme afirma Toutain (2012), os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental – são fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação.

Quantos aos próximos desdobramentos desta pesquisa, o Comando Geral da Polícia Militar de Alagoas, por meio da Diretoria de Pessoal, já sinalizou positivamente a pesquisa de campo aprofundada, que segue em andamento e demanda uma série de procedimentos a serem executados – há uma visita agendada para uma semana posterior ao fechamento do presente texto. Deste modo, o estudo aqui proposto pode endossar a literatura que ainda é relativamente escassa e apresenta-se, portanto, como um terreno fértil para alicerçado à Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019**. Institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado de Alagoas. Maceió, AL, [2019]. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1606>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019**. Institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado de Alagoas. Maceió, AL, [2019]. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1606>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **28 de novembro: Dia da Policial Feminina é celebrado em Alagoas**. 2019. Disponível em: <https://www.pm.al.gov.br/noticia/872-28-de-%20novembro-dia-da-policial-feminina-e-celebrado-em-alagoas>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Alagoas celebra Dia da Policial Militar Feminina**. 28 nov. 2021. Disponível em: <https://www.pm.al.gov.br/noticia/2102-alagoas-celebra-o-dia-da-policial-militar-feminina>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ALAGOAS. POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS. **Em parceria com o ITEC, Diretoria de Pessoal inicia digitalização de seus arquivos.** 2018. Disponível em: http://acervo.pm.al.gov.br/intra/index.php?option=com_content&view=article&id=14244:201%208-12-10-14-13-33&catid=4:geral&Itemid=77. Acesso em: 07 de jun. 2023.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Hierarquia da Corporação.** 2023. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/institucional/hierarquia-da-corporacao>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONHEÇA os Heróis e as Heroínas da Pátria. **Senado Federal**, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>. Acesso em: 8 de jun de 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris: Librairie Felix Alcan, 1925.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. Ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado.** Projeto História. n. 17, p. 63-201, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 12 out. 2022.

MENDONÇA, Elisabeth de Oliveira. **Sesquicentenário da Polícia Militar de Alagoas.** Maceió: Edufal, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

RORAIMA. Governo de Roraima. **Mais uma policial militar assume posto de comando em Roraima.** Governo de Roraima [Boa Vista]: 30 abr. 2022. Disponível em: <https://www.rr.gov.br/noticias/item/6096-momento-historico-mais-uma-policial-militar-assume-posto-de-comando-em-roraima#:~:text=Em%202007%2C%20a%20jovem%20Carla,comando%20de%20policimento%20da%20Corpora%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública:** estudo técnico nacional. Brasília: Senasp; Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2308/1/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SOUZA, M. S. **“Sou policial, mas sou mulher”:** gênero e representações sociais na Polícia

Militar de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. (org.). **Preservação documental: uma mensagem para o futuro.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-21. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5613/1/preservacao_documental-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.